

PREFÁCIO

Em 2016, Katiene e eu publicamos um texto no qual nos referíamos aos uniformes escolares como “fantasias da igualdade”. Queríamos com tal expressão mostrar o caráter ambíguo dos argumentos que pretendem sustentar a proposta de formar todos iguais, porque vestidos de forma igual, em situações nas quais a escola preserva intactas, pelas suas práticas, toda a desigualdade que permeia a vida em nossas instituições. Se pedirmos às pessoas que falem sobre suas experiências de formação e sua vida nas escolas, boa parte delas faz menção aos uniformes, seus usos, tipos, exigências e diferenciações. As práticas ligadas ao seu uso impregnam lembranças pessoais e estão presentes, de modo explícito, na legislação, nos documentos que regulam a vida institucional e nos textos produzidos por educadores. Tais diretrizes, documentos e recomendações são examinados no estudo apresentado no livro *“Criança Calçada, Criança Sadia!”: Os uniformes no período de expansão da escola pública paulista*, análise aprofundada da questão e leitura estimulante.

A história da vida cultural evidencia a incorporação tardia do vestuário e de suas práticas ao seu território de pesquisa. A história da educação brasileira, especificamente, permaneceu reticente à incorporação das práticas cotidianas da cultura escolar até, pelo menos, o final da década de 1980 e meados da década de 1990. A inclusão de novos objetos faz-se simultaneamente ao recurso a novas fontes e à formulação de novas indagações às fontes tradicionais. Data de 1999 a iniciativa de pesquisa de Katiene, que, ao se interessar pelos uniformes escolares, viu-se confrontada com a necessidade de compreender, ao mesmo tempo, a história da moda, a invenção dos uniformes e as práticas a eles associadas em conexão com a história da educação do país. Para tanto, valeu-se da bibliografia consagrada sobre as questões e dirigiu novas perguntas ao conjunto da legislação do período e às produções escritas de professores e educadores em geral (revistas pedagógicas e manuais escolares).

Este livro resultou, assim, desse investimento e oferece uma significativa contribuição aos estudos educacionais. A circunscrição temporal da pesquisa abrange o período de democratização da escola entre nós e permite “identificar como a obrigatoriedade material de uso dos uniformes escolares acompanhou a oferta de vagas à população mais carente de recursos”, nas palavras da autora. Os modos de condução da investigação e da organização do texto que apresenta a análise possibilitam que os leitores compreendam as grandes linhas que articulam políticas e práticas sociais e maneiras de viver e educar nas escolas. Uniformização, moralização, higiene e

saúde aparecem assim conectadas na proposição das formas de organizar a vida escolar. Os comportamentos dos alunos e dos professores e da indústria de roupas e calçados aparecem examinados mediante uma gama muito diversa de materiais que incluem depoimentos de lembranças pessoais, recomendações de professores em textos pedagógicos, fotografias e propagandas de produtos. A propósito desses últimos materiais vale observar que o livro fornece elementos importantes sobre o modo como eram apresentadas aos pais as vantagens dos calçados escolares: economia, praticidade, adequação anatômica etc. Os textos propagandísticos apelam para ideias como a de que “alunos bem uniformizados” seriam “motivo de orgulho para sua escola”. Ou ainda a referências da propaganda de um outro calçado: o Conga Esporte é feito acentuando as aproximações entre sapato e tênis, que caracterizam o produto que, assim: “evita que os pais dos alunos tenham que comprar um sapato e um tênis, nestes dias de vida cara”, em 1960.

Questões econômicas relevantes também surgem do exame dos usos e recomendações sobre os uniformes, pois, em meio à argumentação sobre a ordem, a disciplina e a moralização que as vestimentas garantiriam, surgem também referências às dificuldades das crianças pobres na aquisição das roupas. Instituições auxiliares da escola, como a Caixa Escolar, em alguma medida supriam as carências dos alunos, nem sempre de todos e nem sempre integralmente. Assim as exigências dos uniformes, dos sapatos, do material escolar, do transporte e da alimentação acabam por funcionar como limitações ao acesso democrático à escola. Nas palavras da autora:

[...] tentando apagar por meio das roupas as diferenças que estavam na origem social de cada um, os uniformes escolares acabaram constituindo mais uma barreira, desta vez material, além da barreira cultural e daquelas erguidas pelo preconceito e pela distinção social, que tornaram mais difícil a permanência dos pobres na escola pública.

Conhecer as práticas da vida escolar, nas dimensões que envolvem o cotidiano e que se expressam mediante os modos de se vestir, calçar-se e comportar-se com vistas à higiene, à saúde e à moralização constitui um aspecto fundamental para a formação de professores e o entendimento da escola e dos processos educativos. Conectar a atenção a esses elementos às dimensões políticas, econômicas e sociais do país é exigência de todo investimento de construção da história da educação. O livro de Katiene atende a essas diretrizes. Torna-se, por isso, leitura altamente recomendável e a ser feita com prazer, pelo que nos ensina e pela escrita eficiente e precisa.

Denice Barbara Catani
Professora Titular da Faculdade de Educação da USP
Outubro/2018.